



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Dos Srs. HUGO LEAL e MAX LEMOS)

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre os impactos da Operação Rejeito da Polícia Federal que resultou na prisão de um dos diretores da Agência Nacional de Mineração.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir sobre os impactos da Operação Rejeito da Polícia Federal que resultou na prisão de um dos diretores da Agência Nacional de Mineração.

Para tanto, solicito que sejam convidados:

- a) Sr. Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração;
- b) Delegado da Polícia Federal responsável pela Operação Rejeito;
- c) Representante da Controladoria-Geral da União;
- d) Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA);
- e) Representante do Tribunal de Contas da União (TCU); e
- f) Representante do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

JUSTIFICAÇÃO

Conforme noticiado, no dia 16 deste mês, durante uma operação da Polícia Federal, que apura um suposto esquema de mineração ilegal, foi preso um dos diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM) Caio Mário Trivellato Seabra Filho e o Delegado de Polícia Federal de Minas Gerais (PF-MG) Rodrigo de Melo Teixeira. A ação foi realizada em conjunto com a Controladoria-Geral da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

Apresentação: 22/09/2025 15:51:19.893 - CME

REQ n.1111/2025

União (CGU). De acordo com o apurado até o momento, tratar-se-ia de uma organização criminosa acusada de crimes ambientais, corrupção e lavagem de dinheiro. A ação foi intitulada “Operação Rejeitos”.

De acordo com a reportagem de O GLOBO que tivemos acesso, ao todo, estão sendo cumpridos 79 mandados de busca e apreensão, 22 mandados de prisão preventiva, além do afastamento de servidores públicos, bloqueio e sequestro de ativos que somam R\$ 1,5 bilhão¹. A Justiça também suspendeu as atividades das empresas envolvidas.

Ainda conforme a reportagem de O GLOBO, a Polícia Federal teria informado que "o grupo teria corrompido servidores públicos em diversos órgãos estaduais e federais de fiscalização ambiental e controle na área de mineração, com a finalidade de obter autorizações e licenças fraudulentas".

Transcrevemos abaixo partes do texto integral da reportagem de O GLOBO:

“Com esses documentos, o grupo explorava ilegalmente minério de ferro em larga escala, inclusive em áreas tombadas e próximas a unidades de preservação, gerando danos ambientais e riscos de desastres socioambientais.”

De acordo com a investigação, a organização criminosa chegou a Seabra Filho, que passou a manter contato com um empresário que, de acordo com a PF, seria um dos líderes do esquema. Os empresários que atuavam com o diretor ditavam como ele agiria. Segundo a investigação, Seabra Filho pediu vista de um processo analisado pela diretoria da ANM para assegurar os interesses do grupo.

Em novembro do ano passado, um dos empresários pediu ao diretor a alteração de um voto, para beneficiar uma das empresas. Conforme investigação, a propina era paga a Seabra Filho por meio de um escritório de advocacia.

¹ O GLOBO – disponível em [PF prende um dos diretores da Agência Nacional de Mineração em operação contra suposto esquema de fraudes no setor](https://globo.com/brasil/noticias/politica/pt-br/2025/09/22/pf-prende-um-dos-diretores-da-agencia-nacional-de-mineracao-em-operacao-contra-suposto-esquema-de-fraudes-no-setor-1.1111/)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

3

Apresentação: 22/09/2025 15:51:19.893 - CME

REQ n.1111/2025

Além da prisão de um de seus diretores, consideramos mais grave o fato de que as investigações teriam iniciado em 2020, quando a polícia que identificou um esquema criminoso de extração irregular e comércio de minério. Passados cinco anos, de acordo com a reportagem, a Agência Nacional de Mineração teria afirmado: *“até o momento, não houve comunicação oficial à agência sobre eventuais medidas envolvendo servidores ou dirigentes”* e *“a ANM reitera seu compromisso com a legalidade, a transparência e a colaboração com as autoridades, sempre que formalmente demandada, observando o devido processo legal e a continuidade dos serviços regulatórios”*.

Ora, é inadmissível que a Agência que tem a responsabilidade legal de regulação e fiscalização das atividades de mineração, a concessão de títulos minerários, a gestão de barragens de mineração e entre outras competências, sequer ter conhecimento dos possíveis desdobramentos da operação em seus órgãos internos.

Segue a reportagem dizendo que desde 2020, com “o prosseguimento das investigações, a polícia identificou que três empresários constituíram uma organização criminosa, com a constituição de uma rede de empresas composta por laranjas”. Assim dispõe parte da decisão judicial que autorizou a operação: “Consigna a criação de uma teia complexa de inúmeras pessoas jurídicas, valendo-se de ‘laranjas’ e ‘testas de ferro’, com a finalidade de pulverizar e mascarar as condutas criminosas, dificultando a investigação e o rastreamento das movimentações bilionárias da ORCRIM [organização criminosa]”.

Além disso,

“para garantir licenças e acelerar processos, o grupo teria pago propina a servidores de órgãos ambientais, como a ANM. Um dos episódios citados na investigação foi a liberação de uma licença em benefício do grupo assinada em pleno feriado de Natal por um então dirigente da ANM”.

“Uma Unidade de Tratamento de Minerais (UTM) funcionava como peça-chave do esquema, recebendo a produção de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

diversas mineradoras e centralizando o fluxo financeiro. Entre 2019 e 2024, movimentou cerca de R\$ 4,3 bilhões, atuando como núcleo financeiro da organização criminosa, responsável por distribuir os recursos para empresas ligadas aos principais líderes do grupo”.

Os impactos dessa fraude são devastadores: além da perda de receitas fiscais e danos à imagem do setor, a atividade ilícita intensifica os já graves problemas ambientais e sociais da mineração, como o rompimento de barragens e pilhas de rejeitos, a contaminação da água e do solo e a degradação da paisagem e da biodiversidade. A fraude permite que a exploração ocorra sem o devido licenciamento e monitoramento, intensificando os problemas de segurança e ambientais das estruturas existentes e criando novas vulnerabilidades.

Além disso, a operação expõe a fragilidade e a ineficiência na gestão e fiscalização da exploração mineral e da segurança de barragens e pilhas de rejeitos no Brasil. A extração ilegal de minério sem controles adequados eleva a produção de resíduos, aumenta a poluição da água e do solo e acelera a degradação ambiental.

De acordo com reportagem do G1², *“a organização também teria se apropriado de rejeitos da Vale, avaliados em mais de R\$ 200 milhões, e movimentado recursos por meio de dezenas de empresas de fachada”*. Ainda conforme o G1, *“o grupo criminoso corrompeu integrantes de diversos órgãos, como a Agência Nacional de Mineração (ANM), IPHAN, Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas (FEAM), Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outros”*.

Já tivemos graves problemas ambientais de consequências catastróficas para a população brasileira, com mortes e perdas econômicas e ambientais irreversíveis. O Brasil é tanto um grande produtor quanto explorador mineral, sendo um líder mundial na produção de nióbio e minério de ferro, mas isso deve ser feito com lisura e responsabilidade socioambiental, sendo

² Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/09/18/zema-diz-que-controladoria-de-mg-ja-suspeitava-de-ilegalidade-na-mineracao-e-que-espera-punicao-exemplar-a-envolvidos.ghtml>. Acesso em 18set2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** – PSD/RJ

necessário que as estruturas de Estado atuem dentro das suas responsabilidades, com ética e legalidade.

Por essa razão, considerando as competências desta Comissão e da Agência Nacional de Mineração, é fundamental que possamos ouvir o diretor-geral da ANM e o Delegado Federal responsável pela operação, a fim de que possamos avaliar os impactos desses crimes na mineração brasileira, as medidas que estão sendo adotadas na Agência para melhoria de seus processos, bem como as possíveis ações no âmbito da Câmara dos Deputados para que crimes como esses possam ser prevenidos e combatidos com celeridade e eficiência.

O tema é urgente e de grande importância, desse modo deve ser considerado com a máxima atenção pelo Congresso Nacional e pelas autoridades do Poder Executivo e de outros órgãos e entidades pertinentes.

Aguardamos, portanto, o apoio do plenário desta Comissão a este requerimento.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2025.

Deputado **HUGO LEAL**
PSD/RJ

Deputado **MAX LEMOS**
PDT/RJ





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Hugo Leal (PSD/RJ)
- 2 Dep. Max Lemos (PDT/RJ)

Apresentação: 22/09/2025 15:51:19.893 - CME

REQ n.1111/2025



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250857829200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Hugo Leal e outros